



REQUERIMENTO N.º 041, DE 2017

Requeiro, com fundamento no art. 58, §3º, da CF; art. 64, §3º, da CE/MS; art. 2º da Lei 1.579 de 18-03-1952, seja oficiado à **J&F Investimentos S/A** requisitando informações, a serem apresentadas no prazo de 5 dias corridos a contar do recebimento da notificação, sobre se houve ou não a ampliação da unidade de abate e desossa de Naviraí nos termos do compromisso assumido por sua controlada JBS S/A (CNPJ 02.916.265/0076-87), como contrapartida pela concessão do benefício fiscal objeto do Termo de Ajuste de Regime Especial (TARE) n.º 657/2011, firmado com a Secretaria de Estado de Fazenda do Mato Grosso do Sul.

Justificativa

A análise do Termo de Ajuste de Regime Especial (TARE) n.º 657/2011, firmado entre JBS S/A (CNPJ 02.916.265/0076-87), que é controlada pela J&F Investimentos S/A (CNPJ n.º 00.350.763/0001-62), e a Secretaria de Estado de Fazenda do Mato Grosso do Sul, demonstra que a beneficiária assumiu o compromisso de **“ampliação de sua unidade de abate e desossa de Naviraí”** tanto que, como consta do TARE, requereu **“a concessão de benefícios fiscais para viabilizar a referida ampliação”**

Ocorre que, apesar de ter usufruído do benefício fiscal na forma especificada no TARE n.º 657/2014, não existe prova do cumprimento dessa obrigação.

Diante disso, conclamo os nobres Deputados a aprovar o requerimento requisitando informações supramencionadas.

Sala das Sessões, ~~20~~ de setembro de 2017.

Paulo Correa
Deputado Estadual – Presidente da CPI